



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

JULGAMENTO HABILITAÇÃO

Licitação nº. 069/2013

Modalidade: Concorrência

Processo nº. 0633/2013

Objeto: Construção do novo fórum da Comarca de Vazante

Aos trinta e um dias do mês de julho de 2013, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para deliberar acerca dos documentos apresentados para habilitação da Licitação acima identificada.

Encerrada a reunião de abertura dos envelopes de habilitação em 25/07/2013, esta Comissão decidiu convocar a equipe técnica da Gerência de Projetos – GEPRO – da Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial – DENGEP – para que efetuassem a análise e parecer acerca da aceitabilidade dos documentos referentes à qualificação técnica, apresentados pelas empresas: Construtora Guia Ltda., Caminho Engenharia e Construções Ltda. - EPP, Construtora Lourenço Ltda. - ME e Porto Seguro Engenharia Ltda., participantes deste certame.

Feita a análise dos documentos, em 31/07/2013 foi encaminhado a esta Comissão o parecer solicitado, por intermédio da CI/GEPRO nº. 0852/13, contendo as informações relativas à análise da documentação técnica apresentada pelas empresas acima elencadas e que passam a compor a parte da exposição de motivos do julgamento desta habilitação, na qual é informado o seguinte:

“Conforme solicitação, estamos enviando análise e parecer acerca da documentação prevista no item 9.1.2.4, – Para a Qualificação Técnica do edital em referência:

1 - CONSTRUTORA GUIA LTDA.

RESPONSÁVEL TÉCNICO COM VÍNCULO PROFISSIONAL COMPROVADO	
NOME/TÍTULO	Rafael Álvares Guimarães / Engenheiro civil - sócio



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Conclusão:

A empresa atende às exigências de qualificação técnica, dispostas no item 9.1.2.4. do edital.

2 - CAMINHO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS COM VÍNCULO PROFISSIONAL COMPROVADO	
NOME/TÍTULO	Carlos Alberto de Paula Moura Jr. / Engenheiro civil

Conclusão:

A empresa atende às exigências de qualificação técnica, dispostas no item 9.1.2.4 do edital.

3 - CONSTRUTORA LOURENÇO LTDA - ME.

RESPONSÁVEL TÉCNICO COM VÍNCULO PROFISSIONAL COMPROVADO	
NOME/TÍTULO	Pablo Jerônimo de Freitas Lourenço / Engenheiro civil - Sócio
NOME/TÍTULO	Mauryvan Rissatti Ferreira / Engenheiro eletricitista - CTPS

Conclusão:

A empresa atende às exigências de qualificação técnica, dispostas no item 9.1.2.4 do edital.

4 - PORTO SEGURO ENGENHARIA LTDA.

RESPONSÁVEL TÉCNICO COM VÍNCULO PROFISSIONAL COMPROVADO	
NOME/TÍTULO	Mauro José Costa Fonseca / Engenheiro civil - sócio

Conclusão:

A empresa atende às exigências de qualificação técnica, dispostas no item 9.1.2.4 do edital.

Em seguida a Comissão procedeu à conferência e análise dos demais documentos apresentados pelas licitantes, para fins de verificação da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-Financeira, bem como da documentação complementar e constatou que as empresas: Construtora Guia Ltda., Construtora Lourenço Ltda. - ME e Porto Seguro



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Engenharia Ltda., atenderam todas as exigências habilitatórias consignadas no edital.

Quanto à licitante Caminho Engenharia e Construções Ltda., a Comissão verificou, em análise ao Memorial de Cálculo apresentado em cumprimento ao subitem 9.1.2.3-b-5, que o valor apurado no cálculo do Índice de Solvência Geral foi de 1,53, sendo este inferior ao exigido no edital, que estipulou que as licitantes deveriam comprovar um resultado, no mínimo, igual a 2,0 (dois) para este indicador financeiro.

Cabe aos licitantes apresentar as demonstrações financeiras do ÚLTIMO exercício social para atendimento das exigências dos índices contábeis dos processos licitatórios, em cumprimento do § 1.º e do § 5.º, do artigo 31, da Lei Federal de Licitações e Contratos, *in verbis*:

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. (Nova redação dada pela Lei n.º 8.883, de 1994)

...

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação, que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) (grifo nosso)

As justificativas da Administração para os índices exigidos no edital estão devidamente anexadas aos autos, nas fls. 07 a 09 do processo. Segundo a Nota Técnica elaborada pelo setor requisitante do objeto desta licitação, os índices foram fixados com base na dimensão do empreendimento e de acordo com as previsões legais. Esclarecem que a Administração tem obrigação de "fixar as exigências de qualificação econômico-financeiras, no que se refere aos índices contábeis, sem frustrar a competitividade do certame, observando os valores usualmente adotados no mercado para a correta avaliação da situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes do contrato."



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

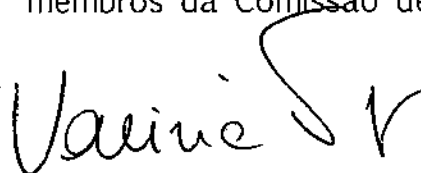
Sustenta ainda que *“tais condições contábeis são impostas aos licitantes com o objetivo de assegurar à Administração que o futuro contratado seja pessoa jurídica financeiramente capaz para executar o objeto licitado.”*

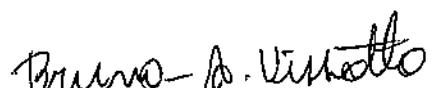
Por derradeiro, a área técnica demandante do certame, afirma que *“o índice de solvência geral, que reflete a capacidade de pagamento das dívidas da empresa em caso de liquidação e, indiretamente, a base de sua situação financeira, foi fixado em, no mínimo 2,0 (dois), valor inferior à referência em balanços de 2011 da Revista Exame Maiores e Melhores, cuja média é de 2,39 e inferior ao apurado pelas empresas licitantes do TJMG no ano de 2012, com valor médio de 5,50”.*

Diante do exposto e nas notas técnicas encaminhadas pela GEPRO, esta Comissão decidiu julgar INABILITADA a empresa **Caminho Engenharia e Construções Ltda.**, por desatendimento às exigências de qualificação econômico-financeiras consignadas no edital.

Diante da regularidade de toda a documentação de habilitação apresentada, a Comissão julgou HABILITADAS as seguintes licitantes: **Construtora Guia Ltda.**, **Construtora Lourenço Ltda. – ME** e **Porto Seguro Engenharia Ltda.**

Nada mais havendo para se tratar, a Comissão encaminhou o resultado deste Julgamento para publicação no Diário do Judiciário eletrônico – DJe e encerrou a reunião, lavrando a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão de Licitação.


Valéria da Silva Tavares
4302-6


Bruno Alexandre Vissoto
T63354


Henrique Nunes Inocência Alves

Julgamento da Habilitação

Licitação nº.: 068/2013
Processo nº.: 0632/2013
Modalidade: Concorrência
Objeto: Construção do novo fórum da Comarca de Coromandel.

Foram julgadas HABILITADAS as seguintes empresas:

- Construtora Nasman Indústria;
- Comércio e Construções Ltda;
- Construtora Lourenço Ltda. – ME; e
- Porto Seguro Engenharia Ltda.

Foi julgada INABILITADA a empresa:

- Caminho Engenharia e Construções Ltda.

Abre-se o prazo de recurso nos termos do art. 109 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Em 01/08/2013
Comissão de Licitação

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Julgamento da Habilitação**

Licitação nº.: 069/2013
Processo nº.: 0633/2013
Modalidade: Concorrência
Objeto: Construção do novo fórum da Comarca de Vazante.

Foram julgadas HABILITADAS as seguintes empresas:

- Construtora Guia Ltda.;
- Construtora Lourenço Ltda. – ME; e
- Porto Seguro Engenharia Ltda.

Foi julgada INABILITADA a empresa:

- Caminho Engenharia e Construções Ltda.

Abre-se o prazo de recurso nos termos do art. 109 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Em 01/08/2013
Comissão de Licitação

DIRETORIA EXECUTIVA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Diretor Executivo: Hilton Secundino Alves

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

Gerente: Paulo Roberto da Silva Coutinho

DIÁRIAS DE VIAGEM

Nome: Anderson Menezes de Oliveira, Cargo: Técnico Judiciário C, Destino: Itambacuri - MG, Atividade Desenvolvida: EM ATENDIMENTO A PORTARIA 2790/CGJ/2013, Data saída: 05/08/2013, Data retorno: 09/08/2013, Qt. Diárias: "4,5".

Nome: Andréa Cristina de Miranda Costa, Cargo: Juiz de entrância especial, Destino: Andrelândia - MG, Atividade Desenvolvida: EM ATENDIMENTO À PORTARIA 2792/CGJ/2013, Data saída: 05/08/2013, Data retorno: 09/08/2013, Qt. Diárias: "4,5".

Nome: Antonio Carlos Carvalho de Oliveira, Cargo: Agente Judiciário B, Destino: Camanducaia - MG, Atividade Desenvolvida: EM ATENDIMENTO A PORTARIA 2794, Data saída: 05/08/2013, Data retorno: 09/08/2013, Qt. Diárias: "4,5".

Nome: Bárbara de Almeida Braga, Cargo: Técnico Judiciário C, Destino: Canápolis - MG, Atividade Desenvolvida: MEDIÇÕES, Data saída: 05/08/2013, Data retorno: 08/08/2013, Qt. Diárias: "3,5".

Nome: Claudio Pinho do Pilar, Cargo: Técnico Judiciário C, Destino: Patos de Minas - MG, Atividade Desenvolvida: EM ATENDIMENTO A PORTARIA 2744/CGJ/2013, Data saída: 05/08/2013, Data retorno: 09/08/2013, Qt. Diárias: "4,5".

Nome: Débora Moreira Franco, Cargo: Oficial Judiciário D, Destino: Camanducaia - MG, Atividade Desenvolvida: EM ATENDIMENTO A PORTARIA 2794/CGJ/2013, Data saída: 05/08/2013, Data retorno: 09/08/2013, Qt. Diárias: "4,5".

Nome: Edson Geraldo Ladeira, Cargo: Juiz de Segunda Entrância, Destino: Senador Firmino - MG, Atividade Desenvolvida: RESPONDENDO PELA COMARCA DE SENADOR FIRMINO, Data saída: 05/08/2013, Data retorno: 05/08/2013, Qt. Diárias: "0,5".

